

INOVAÇÃO SOCIAL COMO PROMOTOR DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICA

SOCIAL INNOVATION AS A PROMOTER OF SOLIDARITY ECONOMY ENTERPRISES: A THEORETICAL PROPOSITION

*Catarina Dantas*¹

*Verônica Macário de Oliveira*²

*Suzanne Érica Nóbrega Correia*³

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo propor um aprofundamento no uso do conceito de inovação social e sua relação com os modelos de economia solidária. A pesquisa foi motivada pelo entendimento de que as iniciativas de inovação social buscam por meios únicos que transformem um contexto social problemático, incentivando alternativas que gerem ganhos sociais. A economia solidária se insere nessa discussão com o propósito de restaurar o direito ao trabalho e a percepção de renda, contribuindo para o desenvolvimento local e comunitário, e para a transformação e alcance de coesão social. Para tanto, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com enfoque na obtenção de dados e evidências para a construção das dimensões de análise e as relações entre os constructos estudados a partir da pesquisa bibliográfica. Os principais resultados alcançados por esse estudo refere-se a construção teórica e relação entre as dimensões da Inovação Social com as dimensões de Economia Solidária, reconhecendo a Economia Solidária como iniciativa de Inovação Social, destacando os fatores que limitam e motivam o processo de criação e sustentabilidade desse tipo de empreendimento.

Palavras-chave: Inovação Social. Economia Solidária. Empreendimentos de Economia Solidária.

ABSTRACT

The purpose of this study is to propose a deepening of the use of the concept of social innovation and its relation with solidarity economy models. The research was motivated by the understanding that social innovation initiatives seek by unique means that transform a problematic social context, encouraging alternatives that generate social gains. The Solidarity Economy is inserted in this discussion with the purpose of restoring the right to work and the perception of income, contributing to local and

¹ Graduada em Administração. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: catarinadantas.d@gmail.com

² Doutora em Administração. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: veronicamacario@gmail.com

³ Doutora em Administração. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: suzanne.enc@gmail.com

community development, and to the transformation and reach of social cohesion. In methodological aspects, the research is characterized as a descriptive research, with focus on obtaining data and evidence for the construction of the dimensions of analysis and the relationships between the constructs studied from the bibliographic research. The main results achieved by this study refer to the theoretical construction and relationship between the dimensions of Social Innovation and Solidarity Economy, recognizing the Solidarity Economy as an initiative of Social Innovation, highlighting in this context the factors that limit and motivate the process of Creation and sustainability of this type of enterprise.

Keywords: *Social innovation. Solidarity Economy. Solidarity Economy Enterprises.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente nos grandes centros urbanos, o fenômeno da exclusão social tornou-se algo cada vez mais persistente e evidente. A exclusão social em muitas perspectivas não faz referência apenas à privação material, mas também ao acesso e uso de um conjunto de serviços e participação societal, inter-relacionando-se em muitos casos com a exclusão política e econômica. O termo faz referência às pessoas vitimadas pela crise econômica e pela desqualificação social, envolvendo assim pobreza, desemprego, marginalização, entre outros problemas de cunho social e econômico que acompanham as sociedades ocidentais desde o início dos anos 80 com a reestruturação industrial. Em resposta, tem-se a inclusão social, aproximação dinâmica do bem-estar que requer investimentos e *capabilities*, de esforço conjunto dos atores sociais e da sociedade. Em uma esfera global, têm-se esforços para encontrar soluções alternativas para as crises econômicas ou situações sociais históricas (AGOSTINI *et al.*, 2015; GUERRA, 2012).

Privatizações e inserção de critérios de mercado na política pública culminaram na individualização e fragmentação da responsabilidade pela coesão social e bem-estar, evidenciando a insuficiência das organizações públicas e da capacidade de mercado em atender os problemas sociais. Nesse cenário internacional marcado pelas desigualdades sociais, aumento nas taxas de pobreza e conflito entre os mercados, emerge a necessidade de iniciativas que gerem inovações sociais capazes de responder a essas problemáticas de forma alternativa. Modelos pautados em iniciativas de inovação social propõem um redirecionamento do foco economicista do desenvolvimento do capital mercantil a todo custo, para foco na priorização das demandas sociais, gerando a partir disso, ganhos ou respostas sociais. Ou seja, as inovações sociais surgem para promover uma transformação social, afastando a vulnerabilidade daqueles que sofrem pelas externalidades da crise da modernidade, pelas falhas no papel do governo e falhas institucionais (AGOSTINI; MARQUES; BOSSLE, 2017; CHAIS *et al.*, 2016; CORREIA, 2015; LOPES *et al.*, 2015; HULGARD, FERRARINI, 2010).

A inovação social surge como resultado do conhecimento colocado a serviço da satisfação das necessidades sociais não atendidas, e ocorre devido a articulação, participação ativa e colaborativa dos diversos atores envolvidos nesse processo em busca da coesão social (SOUZA; FILHO, 2014), atuando como veículo indispensável à criação de mecanismos que preencham lacunas sociais, provocando processos de mudança social e proporcionando melhor qualidade de vida aos envolvidos e à comunidade.

Emerge, neste contexto das iniciativas de inovação social, a necessidade pela busca de alternativas que conduzam a redução do desemprego, exclusão e desigualdade social, surgindo, assim, a Economia Solidária (ES), com o propósito de restaurar o direito ao trabalho e à percepção de

renda, envolvendo atores econômicos, sociais e governos. Percebe-se então que a economia solidária é uma resposta ao agravamento da crise do trabalho e a insatisfação com o desempenho público de segurança social (SOARES *et al.*, 2016; RAMOS, 2011).

Empreendimentos econômicos solidários buscam a inclusão dos excluídos do mercado de trabalho, através da promoção do desenvolvimento local e comunitário, da coesão e da cidadania. Modelos de economia solidária fomentam, assim, o desenvolvimento social e, por conseguinte, a geração de redes de cooperação e articulação de capital social, fator que privilegia existência dos princípios inseridos no contexto do movimento. Dentre outras vantagens do modelo, destacam-se: coesão social, empoderamento de seus participantes e reconhecimento de uma economia plural (FONTENEAU *et al.*, 2010; SOARES *et al.*, 2016).

Percebe-se que a economia solidária surge como uma iniciativa econômica que demonstra que é possível desenvolver atividades de produção, consumo e financiamento pautadas em princípios de cooperação, solidariedade, democracia e autonomia.

A inovação social, caracterizada como novas estratégias, conceitos, ideias e organizações de resposta às necessidades sociais é um componente essencial para os modelos de economia solidária que se utilizam de desafios e oportunidades da inovação social ao proporem uma nova articulação entre Estado, sociedade civil e mercado. As chamadas “empresas sociais” caracterizam-se, portanto, como uma inovação social por possuírem uma organização única, pensada para solucionar problemas de raiz social, desenvolvendo indivíduos e comunidades em prol de um bem-estar social, sem ignorar as exigências de rentabilidade econômica e competitividade (RAMOS, 2011).

Logo, faz-se necessária uma abordagem dos modelos de economia solidária sob a perspectiva da presença de inovações sociais, permitindo assim, que incentivos de economia solidária possam vir de inovações sociais. Analisar essa relação permite o entendimento a cerca das condições que permitem a criação e implementação de inovações sociais, assim como também o processo ao qual pode gerar modelos de economia solidária nas localidades (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016).

Percebida a possibilidade da relação de dependência entre economias solidárias e inovação social, o presente artigo tem como objetivo propor um aprofundamento no uso do conceito de inovação social e sua relação com os modelos de economia solidária.

Em termos estruturais, este artigo está organizado em cinco seções. Além desta parte introdutória, apresentam-se, na seção dois, os aspectos metodológicos. Em seguida, discutem-se os aspectos relacionados à inovação social e economia solidária. Na quarta seção são tratados os fatores motivadores e limitadores inerentes a essa relação conceitual. Por fim, são apresentadas as considerações finais dos autores.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O enfoque metodológico visa essencialmente à descrição e compreensão das dimensões que compunham o modelo proposto a partir da apresentação da relação existente entre a inovação social e os empreendimentos de economia solidária. Dessa forma, quanto aos fins, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória, bem como possui uma abordagem qualitativa.

O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória é indicado nas situações em que o tema é pouco conhecido ou quando não é possível identificar, satisfatoriamente, uma teoria específica ao tema em questão (BABBIE, 1999), bem como nos casos em que se busca um novo enfoque para

um tema, ou uma nova abordagem teórica (LEMOS, 2008). Assim, essa escolha metodológica se adéqua ao presente estudo porque ainda são exíguas as pesquisas empíricas associadas à construção de dimensões da inovação social relacionadas a economia solidária.

Dessa forma, o estudo também se propõe a descrever as características que dizem respeito a essas dimensões, caracterizando-se como uma pesquisa descritiva, a qual visa a estudar as características de um grupo, além de levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 1999).

Como estratégia de coleta de dados, utilizou-se dados e evidências oriundas da pesquisa bibliográfica, como forma de obter embasamento teórico para a construção das dimensões de análise e as relações entre os constructos estudados.

Para fundamentar a construção da argumentação apresentada neste estudo, foi realizado um levantamento do estado da arte dos temas, sem recorte temporal, a partir da consulta a banco de dados do Portal Periódicos, com Qualis A1, A2, B1 e B2, anais de eventos científicos, teses e dissertações cadastradas no banco de dados da Capes, a partir dos termos “inovação social”, “*social innovation*”, “economia solidária” e “*solidarity economy*”.

Dessa forma, o tratamento dos dados foi a partir da análise de conteúdo, que consiste na identificação, codificação e categorização dos primeiros padrões de dados, significando analisar o conteúdo das entrevistas e observações realizadas, abrangendo a explicitação, a sistematização e expressão das mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas sobre sua origem e contexto (BARDIN, 2011).

A seguir, apresentam-se as discussões a partir de uma análise interpretativa do material selecionado na revisão bibliográfica, realçando as dimensões dos conceitos abordados, as semelhanças entre os constructos e a análise dos fatores motivadores e limitadores do processo.

3 CONSTRUCTO TEÓRICO

3.1 Dimensões da Inovação Social

Análises bibliográficas evidenciam não haver um consenso nas definições de inovação social e sua abrangência, a área carece de um corpo consolidado de conhecimento. Trata-se de um conceito ainda difuso e, portanto, de um campo emergente para novos estudos, fato que contribui para o aumento nas discussões e pesquisas entre acadêmicos e profissionais em busca da construção de conceitos, metodologias e indicadores que possibilitem avanços nesse sentido. O tema pode ser analisado sob diversos ângulos e abordagens (BIGNETTI, 2011; SOUZA FILHO; 2014).

Desde as primeiras definições estabelecidas por Taylor & Gabor em 1970, a inovação social tem passado por várias formulações. Abordagens mais recentes estabelecem diferenças claras entre as inovações sociais e as empresariais, a partir dos avanços teóricos feitos, adquirindo assim, características e metodologias próprias e distintas da inovação tradicional (BIGNETTI, 2011). Nas abordagens mais tradicionais, os teóricos dividem as inovações empresarias em tecnológicas (de produto) e organizacionais (de processo), as sociais, por sua vez, constituem-se como soluções para os problemas sociais (PHILLS *et al.*, 2008).

Distanciam-se principalmente em função da finalidade, da estratégia, do *locus*, do processo de desenvolvimento e da difusão do conhecimento. Enquanto as empresariais focam-se na apropriação de valor, busca de vantagem competitiva e por um processo de desenvolvimento sequenciado, as

inovações sociais são marcadas pela geração de valor para respostas sociais, princípios de cooperação e desenvolvimento local, e por um processo de construção social, desenvolvido a partir da participação dos beneficiários e dos atores da comunidade (BIGNETTI, 2011).

Cabe ressaltar que inovações sociais e tecnológicas não representam dois grupos mutuamente excludentes, visto que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social e que podem utilizar-se da tecnologia no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais (BIGNETTI, 2011).

Dentro do escopo das definições, a inovação social é entendida como:

Processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, na intenção de mudar as relações sociais, de transformar um quadro de ação ou de propor novas orientações culturais (CRISES, 2010, p. 5).

The *Young Foundation*, programa focado na construção de estratégias para a inovação social, define a mesma como soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos, etc.) que simultaneamente atende as necessidades sociais (mais efetivamente que outras soluções já existentes), promovendo o desenvolvimento de novas capacidades e relações e melhorando o uso dos ativos e dos recursos (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012).

Evers *et al.* (2014) corroboram com essa definição ao constatarem em sua pesquisa que inovações sociais destinam-se sim a responder problemas sociais, podendo ser novos arranjos de serviços, diferenciando-se em termos de estruturas organizacionais, processos e tipos de ofertas de serviços; inovações em termos de novas intervenções (novas disposições financeiras, medidas fiscais / de transferência, etc.); inovação nos sistemas de bem-estar locais como também a aspectos econômicos (por exemplo, financiamento) e políticas (por exemplo, novos arranjos na tomada de decisões e na participação). Tais mudanças estão sujeitas aos seguintes fatores quando consideradas inovações sociais: a) Ideias convertidas em abordagens práticas; b) Novas no contexto em que são inseridas; c) Melhores estratégias de enfrentamento e soluções; e d) Marcadas por um alto nível de incerteza e risco devido ao contexto específico em que aparecem.

Bignetti (2011) define inovação social como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. Ou seja, tem-se que a inovação social responde de forma pioneira às necessidades e desafios sociais com novos conhecimentos ou recombinação pragmática destes, tendo seu processo e resultados como sendo extremamente relevantes para transformações sociais.

Características comuns de inovação social podem ser destacadas, conforme mostra a fundação *The Young Foundation* (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012): 1) intersetorial: ocorrem nas interfaces entre setores e envolver atores dos mais variados setores; 2) Desenvolvimento de novas relações e capacidades: são desenvolvidas “com” e “por” usuários; 3) Abertas, Colaborativas e Experimentais: produzida pelas massas - grande número de pessoas trabalhando de forma independente em projetos coletivos sem a presença de estruturas e mecanismos usuais de mercado; 4) Prospecção e Co-produção: limitação desfocada entre produtores e consumidores; 5) Base, *bottom-up*: Sistemas distribuídos onde a inovação e a iniciativa são dispersas para a periferia e conectadas por redes; 6) Mutualismo: Noção de que o bem-estar individual e coletivo só pode ser obtido pela dependência mútua; 6) Melhor uso

dos ativos e dos recursos: Reconhecimento, exploração e coordenação de ativos sociais latentes; 7) Desenvolvimento de capacidades e recursos: Abordagem participativa que permita aos beneficiários satisfazer as necessidades a longo prazo (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012).

Dimensões podem ser identificadas para evidenciar quais são as características essenciais da inovação social. Correia (2015) elenca um conjunto de 10 dimensões multi autorais, destacando a relação de complementaridade e interdependência entre elas: institucional, movimentos sociais, atores, processo, transformações, caráter inovador, inovação, centrada no indivíduo, centrada na organização e centrada no meio. A autora, entretanto, destaca 5 dimensões mais relacionadas ao conceito de inovação social adotado e suas características, que, pela convergência com o direcionamento dado por este estudo, serão as dimensões aqui adotadas, sendo elas:

Os **atores** no contexto da inovação social tem-se a presença de diversos atores que se articulam para desenvolver e implantar a inovação, entre eles empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes da sociedade civil, movimentos, comunidades e beneficiários. Percebendo-se a variedade de âmbitos os quais esses sujeitos sociais pertencem, é possível e provável que existam interesses e pontos de vistas diversos, exigindo que os atores se ajustem e reconciliem-se quanto ao processo de inovação. Estes estabelecem ainda relações de parceria e cooperação, pois acredita-se que essa colaboração contribui para o processo de resolução dos problemas sociais, visto que estes podem reunir recursos, competências e conhecimentos complementares e necessários. Os atores de inovação social desempenham, assim, papel essencial na inovação social, pois são responsáveis pela identificação de problemas sociais, criação de ideias inovadoras que solucionem esses problemas, pelo processo de execução das ideias, satisfação dos problemas encontrados e consequentes transformações e ganhos sociais decorrentes desse processo (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016; JOAO, 2014; BIGNETTI, 2011; TARDIF; HARRISSON, 2005).

As **necessidades sociais** faz referência a primeira etapa do processo de inovação social, onde os atores sociais identificam as necessidades sociais não atendidas ou atendidas de forma insatisfatória. Nessa análise, pode-se perceber ainda que esta dimensão é fator promovedor da dimensão de ganhos e respostas sociais, pois é o pontapé inicial para fase de geração de soluções inovadoras que atendam as demandas sociais (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016).

O **processo desenvolvido por atividades coletivas** de uma inovação social pode ser vislumbrada como um processo de aprendizagem coletiva e criação de conhecimento. Tem-se em um primeiro momento, um arranjo de colaboração entre os diversos atores envolvidos para atender interesses coletivos. Essa rede colaborativa participa de forma ativa na gestão e na co-criação das soluções voltadas à melhoria da qualidade de vida da localidade.

Em relação aos **ganhos e resposta social**, sabe-se que as inovações sociais existem em decorrência de um contexto social insatisfatório, logo, são desenvolvidas para responder a esse contexto, tendo como resultado os ganhos e respostas sociais. Percebe-se o caráter gerador de valor das inovações sociais, valor este expresso pelo desenvolvimento da localidade e dos indivíduos dessa localidade. Tais resultados podem se expressar de diversas formas, seja pela capacidade de dotar determinado indivíduo de *empowerment* para mudar sua trajetória, seja para melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade, desenvolvendo ações voltadas para saúde e nutrição, por exemplo. Os resultados positivos gerados podem ser replicados e expandidos a outras comunidades. Essa transposição de experiências é encorajada por centros de inovação social, redes organizacionais e

fóruns discussão, aumentando o impacto das inovações sociais obtidas em determinados contextos e contribuindo, graças às novas relações sociais formadas, para a perpetuação da inovação e fomentação a novas soluções sociais (BIGNEETTI, 2011).

O **caráter inovador** é determinado quando o problema social é identificado, atores são impulsionados a desenvolver soluções para suplantar as necessidades sociais levantadas. Tais soluções devem ser inéditas no contexto em que estão sendo inseridas como uma nova solução ou nova resposta a situação social insatisfatória.

Nesse contexto, percebe-se que o desenvolvimento de iniciativas socioeconômicas que não fazem parte do âmbito privado nem público, promovendo um novo conceito de empreendedorismo com finalidades sociais. A inovação Social possui vários caminhos, dentre eles tem-se a presença do eixo temático de estudo do Empreendedorismo Social. Caracterizando-se por ações coletivas com o objetivo de solucionar problemas sociais, estando associado ao desenvolvimento de projetos de indivíduos ou comunidades que visam o alcance do interesse geral ou resposta às necessidades sociais não satisfeitas. Emerge nesse contexto as “empresas sociais” organizadas sob forma de Economia Solidária, tendo a preocupação de geração de renda, inclusão social e emancipação. A inovação é um componente crucial para a criação de valor social e, portanto, fator indispensável para o papel fundamental das ditas economias solidárias, reforço a coesão social e econômica (MAURER; SILVA, 2014; RAMOS, 2011). Dessa forma, apresenta-se a seguir, as dimensões da Economia Solidária.

3.2 Dimensões da Economia Solidária

A economia solidária surge na Europa do século XIX em decorrência das lutas da classe operária contra ao capitalismo industrial. No Brasil, o movimento surge entre os anos de 1980 e 1990, momento marcado por uma forte crise de desemprego que culminou em movimentos sociais em defesa as formas alternativas de trabalho e geração de renda para aqueles que sofriam com a realidade instalada. Percebe-se que a Economia Solidária surge como resposta à crise do trabalho e a crescente insatisfação com o desempenho do setor público, reinventando a própria noção de trabalho (SILVA, 2016; RAMOS, 2011).

Configurando-se como algo inédito para solucionar contextos problemáticos, cria novas formas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, centradas no indivíduo, realizadas de forma justa e solidária e que valoriza o bem-estar da coletividade, tendo assim seu caráter de inovação social como algo promotor de sua existência (REIS, 2016).

A atuação da Economia Social e Solidária (ESS) se dá primordialmente de forma endógena, promovendo processos alternativos às políticas hegemônicas de desenvolvimento, caracterizada pela diversidade em termos de formas de organização para tal. Centrada no desenvolvimento local, além de visar a melhoria na qualidade de vida num determinado território, preocupa-se com a aplicação de uma pedagogia de participação das pessoas da comunidade para exercerem sua cidadania de forma ativa e democrática no desenvolvimento local, adquirindo assim a noção de *empowerment*, onde os indivíduos tenham voz e sejam representados (SOARES *et al.*, 2016; ONUMA *et al.*, 2015). É um agente de crescimento econômico inclusivo e justo, promotor da coesão social e do fomento ao desenvolvimento humano e social.

Compreende-se a economia solidária como sendo elemento central para articulação de grupos marginalizados pelo capital, leva à constituição de empreendimentos pautados nos princípios de cooperação, inovação, envolvimento voluntário, autogestão e solidariedade, criando, assim, um terreno fértil para a geração de capital social nas redes de cooperação, ganhos para os indivíduos participantes e para a localidade. Soares *et al.* (2016) destaca que a geração de capital social nos empreendimentos de economia solidária ocorrem exclusivamente mediante padrões de relação social que privilegiam a autonomia, a participação e a tolerância das pessoas envolvidas (CEZAR; FANTINEL, 2016).

Algumas das características marcantes dos modelos de economia solidária levantados por França Filho (2004) relacionam-se a pluralidade de princípios econômicos, tendo em vista que exigem a articulação de diferentes fontes de recursos. Caracteriza-se ainda pela sua autonomia institucional, uma vez que se trata de empreendimentos independentes marcados pela democratização das decisões, sendo autogeridas com aspectos sociais, econômicos, políticos e técnicos.

Nota-se que a economia solidária possui duas grandes perspectivas, uma relacionada a autonomia do modelo, sendo atividade de apoio social, e outra a solidariedade social (cidadania), organizando-se como atividade econômica alternativa ao capitalismo, com fortes valores de respeito à dignidade humana e atuação de inibição a geração de exclusão. Apoiar essas organizações implica, portanto, em valorizar seu potencial de empregabilidade, de coesão, de cidadania, de desenvolvimento local e comunitário (RAMOS, 2011).

Existe atualmente uma forte necessidade de inovar nas políticas de formação, emprego e empreendedorismo, criar novas relações entre o Estado e a Sociedade Civil para promover valores de solidariedade, participação, *empowerment* e desenvolvimento local e social. O papel reservado a economia social é de considerar a importância econômica, mas de forma alternativa admitir uma pluralidade de paradigmas e princípios de comportamento econômico que integrem a esfera social como algo primordial em seu funcionamento.

Os exemplos de empreendimentos de Economia Social e Solidária são os mais variados, destacando-se as cooperativas, sociedades de benefícios mútuos, empresas sociais e fundações. A diversidade de organizações de economia social sugere que a forma de governança e gestão adotada por qualquer organização tem relação direta com a sua natureza e contexto de operação. Como já dito anteriormente, a propriedade coletiva e governança democrática são típicas das organizações de economia solidária, permitindo que os membros participem equitativamente, a variedade das contribuições dos membros possuem reconhecimento e valor (FONTENEAU *et al.*, 2010).

Percebe-se que a economia solidária surge como uma iniciativa econômica que demonstra que é possível desenvolver atividades de produção, consumo e financiamento pautadas em princípios de cooperação, solidariedade, democracia e autonomia. Nessa perspectiva, da caracterização dos empreendimentos econômico-solidários, Gonin *et al.*(2013) destaca cinco dimensões da Economia Solidária, sendo:

A **governança democrática e participativa** dos empreendimentos econômico-solidários partem da organização dos atores sociais. Estes e as partes interessadas (clientes, fornecedores, funcionários, voluntários, ou qualquer outro terceiro que tenha interesse direto nos impactos gerados pelo empreendimento), devem ser envolvidos na gestão e na governança. Cabendo destacar que o envolvimento de cada uma dessas partes varia entre as diferentes organizações de economia solidária. Para que a democracia seja eficaz, faz-se necessário que todas as partes interessadas possam acessar as informações importantes sobre a organização, estabelecendo, assim, a presença de alto nível de

transparência. A presença da democracia implica também a participação igualitária de cada pessoa nas eleições e votações.

A **autonomia** busca refletir três indicadores centrais desse modelo. Primeiramente, os atores desse modelo emergem da sociedade civil em oposição às iniciativas governamentais. A organização deve ser conduzida sem que haja interferência de instituições públicas ou privadas. E, por fim, para evitar influência direta dos parceiros-chave e assim manter sua autonomia, os atores não podem ser financeiramente dependentes de alguns clientes, agências ou doadores, precisa ter múltiplas fontes de renda.

A **gestão sem fins lucrativos** implica que, diferentemente dos negócios tradicionais com fins lucrativos, tem-se uma gestão voltada para objetivos sociais antes dos financeiros, colocando os ganhos sociais como finalidade.

A **mentalidade empreendedora** se refere a abordagem de revisão constante dos produtos, serviços e processos de forma a adaptar a organização as mudanças do ambiente, podendo assim achar novos clientes e fontes de recursos financeiros. Dessa forma, a mentalidade empreendedora não deve se limitar a inovação de produtos, mas sim buscar oferecer bens e serviços que outros ainda não ofereceram em sua área de serviço, abordando problemas sociais ainda não abordados ou abordando os já existentes por outra perspectiva. Ou seja, tem-se a mudança da introdução de novas ofertas, processos e/ou estruturas e modos de funcionamento. Esta é considerada uma diferença essencial entre as organizações com fins lucrativos, as organizações sem fins lucrativos e as organizações de economia solidária.

A noção de **economia plural** é amplamente aceita por diversos estudiosos. Ressalta-se aqui o enraizamento social, inserindo a atividade econômica em uma teia mais ampla de relações sociais. Aponta-se a possibilidade de desenvolver atividades econômicas fora dos mercados tradicionais. Na dicotomia e conflito entre negócios *versus* a questão social, a economia plural refere-se a combinação de lógicas econômicas e não econômicas, assim como também acordos monetários e não monetários. Tem-se uma combinação de lógica econômica no que se refere a força de trabalho (*mix* de trabalhadores) e fontes financeiras (venda dos bens e serviços a instituições públicas ou privadas combinada com doações, subvenções e/ou taxas de adesão). A economia plural envolve ainda a particularidade de intercâmbios informais e não monetários de bens e serviços num espírito de partilha da comunidade.

Outras dimensões refletem elementos implícitos as dimensões já abordadas, como: contribuição para a coesão social, existência de atores sociais, o aspecto inovativo e responsabilidade social e corporativa dos empreendimentos de econômico solidária.

A **contribuição para a coesão social** está relacionada aos impactos mais amplos, muitas vezes indiretos, que a economia solidária tem nas comunidades em que opera. Esses impactos se manifestam das mais variadas formas, como por exemplo, uma associação com fortes princípios democráticos, oferta aos participantes um espaço para desenvolvimento da mentalidade cívica e experiência em processos democráticos (GONIN *et al.*, 2013). A coesão social relaciona-se ao empoderamento e a inclusão social pela dialética entre auto realização e formação de identidades coletivas (BERMAN, 2004), o que evidencia o caráter de promoção da economia solidária para a coesão social ao passo que contribui para a criação de emprego, aumento das fontes locais de aquisição dos conhecimentos, prestação de serviços adequados às necessidades locais e meios acessíveis às comunidades, maior equidade no acesso a serviços socialmente úteis, novas possibilidades de participação cívica e maior autonomia frente a instituições e formas de regulação do Estado e do mercado (RAMOS, 2011).

No **caráter inovador** percebe-se a própria economia solidária como uma inovação social em relação à forma como acontece a economia e a vida social, ao incluir nessa relação o aspecto solidário. Tem-se uma preocupação fundamental em encontrar soluções para atender necessidades sociais que estão constantemente mudando (FONTENEAU *et al.*, 2010). Articula assim, desenvolvimento, território e governança, apontando que a construção de inovações está inserida em um projeto político de desenvolvimento que, por sua vez, está intimamente ligado aos mecanismos de poder local que se materializariam – ou não – nas diferentes formas de governança de um dado território (COSTA, CARRION, 2011; GONIM *et al.*, 2013). Além do modelo em si, trata-se de uma inovação, tem-se a presença de inovações dentro dos empreendimentos econômico solidários para manter a sua sustentabilidade e competitividade podendo, assim, cumprir com o seu objetivo social. Em sua pesquisa, Dernadim *et al.* (2013) demonstrou que muitos projetos de economia solidária realizam pelo menos algum tipo de inovação, seja nos produtos, na busca por novos mercados, atendimento ao cliente, novas tecnologias de produção, aplicação de novos conhecimentos, criação de novas estratégias, tratamento de questões ambientais e de matéria prima. As inovações surgem com o interesse dos grupos de economia solidária em buscar novas oportunidades, para atender novas demandas, adaptar-se a novas condições dos clientes, visando a busca por recursos disponíveis e um diferencial competitivo. Tem-se como principal vantagem econômica dessas inovações, a sustentabilidade do empreendimento.

Os **atores sociais**, assim como na inovação social, a economia solidária é dinamizada e articulada por diversos atores. Não se trata de uma classe específica ou de um segmento de classe, mas da convergência de múltiplos sujeitos que unem forças, experimentam a prática coletiva, solidária e autogestionária e representam interesses comuns. Os atores da economia solidária podem ser os empreendimentos econômico solidários, suas entidades representativas, os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e poder público (SANTOS, 2011).

Por **reponsabilidade social e corporativa** entende-se o compromisso que determinada empresa assume com a comunidade na qual esta inserida e com suas partes relacionadas, criando uma nova ética empresarial que desempenhe projetos e ações voltados para a melhoria da sociedade e efetiva contribuição para a transformação de indicadores de pobreza e desigualdade, afastando desse propósito o interesse com os lucros que podem ser obtidos a partir dos ganhos sociais (LUISA; ANDRADE, 2007). Tais características encontram-se de forma significativa nos empreendimentos de economia solidária, sendo, portanto, a Responsabilidade Social e Corporativa elemento essencial desses empreendimentos.

Iniciativas de economia solidária são formadas geralmente por trabalhadores contrapostos a variadas e severas adversidades, próprias de setores populares historicamente fragilizados por sua inserção subalterna na estrutura econômica. No obstante, de acordo com o Silva & Nagem (2016), os empreendimentos de economia solidária possuem problemas estruturais como a dificuldade de formalização, o assessoramento técnico, a capacidade de comercialização de produtos e serviços e o acesso a crédito e financiamentos são alguns deles. Faz-se necessário uma maior sensibilização do Estado e da classe empresarial para o apoio ao financiamento e concessão de microcréditos, além de políticas públicas voltadas a promoção e apoio desse tipo de organização, criando condições para inovações sociais em modelos de economia solidária.

Iniciativas de economia solidária colocam desafios e oportunidades de inovação social ao considerar nova articulação entre Estado, sociedade e mercado, onde ao mesmo tempo em que

gera resultados econômicos, valoriza a promoção do emprego e do desenvolvimento sustentável (RAMOS, 2011). Não devem, portanto, serem vistas apenas de forma assistencialistas ou proposta ilusória/utópica, mas sim uma proposta já existente que considera valores importante para o desenvolvimento igualitário das sociedades (GUERRA, 2012). Os males sociais devem ser combatidos sistematicamente, no intuito de desenvolver valores universais de dignidade, cidadania e pertencimento social nos indivíduos.

3.3 Relação entre os constructos

De acordo com as relações conceituais feitas nesse estudo, podem-se relacionar as dimensões de Inovação Social com as dimensões de Economia Solidária, sendo esta relação uma ferramenta de tradução do conceito teórico e abstrato as quais ajudam a estabelecer uma perspectiva abrangente sobre a criação do valor social e contribuir para que os atores (sociais, institucionais e organizacionais) legitimem suas atividades de cunho social, embasados em dados que caracterizam a realidade social e promovam o desenvolvimento local, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Relação entre as dimensões de Inovação Social e as dimensões de Economia Social

Dimensões Inovação Social	Dimensões Economia Solidária
Atores	Atores
Caráter Inovador	Caráter Inovador
Processo	Economia Plural
	Gestão Compartilhada
	Governança Participativa e Democrática
	Autonomia
Necessidades Sociais	Mentalidade Empreendedora
Ganhos Sociais	Contribuição para Coesão Social
	Responsabilidade Social Corporativa

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A dimensão atores da inovação social relaciona-se com a dimensão atores da economia solidária, pois em ambos os constructos tem-se a presença de sujeitos que se articulam para solucionar um contexto social insatisfatório.

As dimensões caráter inovador dos constructos relacionam-se pela solução inovadora que ambas se propõem a dar aos problemas sociais. É preciso que a solução para o problema levantado seja nova no contexto da Inovação Social, emergindo nessa perspectiva a Economia Solidária, um novo tipo de organização que abarca o aspecto solidário em suas atividades econômicas, organizando-se de forma inédita frente as organizações tradicionais, e que se propõe a fornecer soluções inovadoras para as necessidades sociais.

Tem-se que o processo de inovação social dá-se a partir da união dos diversos atores envolvidos em redes colaborativas, tendo a participação ativa destes na gestão, na governança e na criação de soluções que visem solucionar problemas sociais que governos e outras empresas não conseguiram suprir, operando de forma autônoma e independente a outras instituições. Emerge nesse sentido a relação da dimensão processo da inovação social com as dimensões de gestão compartilhada, autonomia e governança participativa e democrática presentes nos empreendimentos de economia

solidária. O processo de inovação social obedece ainda uma lógica que prioriza a questão social em detrimento aos ganhos econômicos, introduzindo a possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas que não sigam o modelo tradicional de mercado. Essa característica tem forte relação com o conceito de economia plural presente na economia solidária.

A dimensão necessidade sociais da inovação social faz relação com a dimensão mentalidade empreendedora da economia solidária ao passo que, é preciso abordar problemas sociais antes não abordados, ou aborda-los de uma forma ainda não existente no contexto que se pretende. Os empreendimentos econômico-solidários visam antes de qualquer coisa suprir necessidades sociais ainda não identificadas ou não plenamente trabalhadas, necessitando para tal de uma mentalidade empreendedora de achar uma nova oportunidade quanto aos problemas existentes. A mentalidade empreendedora da economia solidária surge, então, como um meio, um caminho para suprir as necessidades sociais a que se propõe a Inovação Social.

Por fim, tem-se que os ganhos sociais levantados pela Inovação Social podem ser alcançados na economia solidária na perspectiva de que essa contribui para a coesão social e responsabilidade social e corporativa, uma vez que tem-se por resultado o *empowerment* e a inclusão social dos seus participantes, além de um forte compromisso que os empreendimentos econômico solidários possuem com a localidade na qual atuam, preocupando-se com a redução da pobreza e desigualdade.

4 FATORES MOTIVADORES E LIMITADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PROCESSO DA INOVAÇÃO SOCIAL

4.1 Fatores motivadores

No âmbito da economia solidária faz-se importante levantar os fatores motivadores provenientes desse tipo de organização, de modo a reconhecer e legitimar os motivos pelos quais seus membros optam por fazer parte e continuar nesse tipo de empreendimento.

Gaiger (2004) aponta que as motivações provenientes desse modelo de organização são muitas (apresentadas no Quadro 2), visto que possibilita a sobrevivência imediata, aumento ou complemento da renda familiar, espaço de socialização para reinserção dos excluídos e reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional do membro que irá aprender a fazer determinada atividade, assim como também devido a característica de autogestão, o desenvolvimento de espírito democrático, consciência social e política.

Quadro 2- Fatores motivadores da economia solidária no processo da inovação social.

Fator Motivador	Autores
Transformação social	Arruda(1998); Gaiger(2004); Singer(2002); França e Filho (2001),
Valorização humana	Borinelli (2010); Ferrarini et al.(2013); Leite(2009)
Recuperação da autoestima	Borinelli (2010); Ferrarini et al.(2013); Leite(2009)
Emancipação	Borinelli (2010); Ferrarini et al.(2013); Leite(2009)
Melhores condições de trabalho	Moises (2009); Albuquerque(2003)

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A forma de organização dos modelos de economia solidária é apontada como um dos principais motivadores para o processo de transformação social, ao passo que à medida que seus integrantes

participam ativamente das discussões e decisões relacionadas ao modelo de autogestão e relacionam-se com seus iguais em processo de mudança contra realidades adversas, tem-se início a um processo de conscientização e educação desses membros, que modificam o seu comportamento social (SINGER, 2002). A transformação social ocasionada pela economia solidária apoia-se dessa forma, ainda, no fato dos empreendimentos gerarem empregos e renda, muitas vezes a partir da articulação das pessoas da própria comunidade, diminuindo desigualdades sociais e impactando diretamente as localidades nas quais se encontram pelas suas potencialidades de afetar a vida das pessoas envolvidas e dos seus familiares (FRANÇA FILHO 2001; ARRUDA, 1998).

Os empreendimentos de economia solidária possuem, antes de tudo, uma indispensável dimensão social, onde se luta por causas sociais em prol de pessoas em situação de privação, onde pobres e discriminados em sua maioria se unem coletivamente para defender seus direitos e interesses. Porém, a economia solidária vai além da simples geração de emprego, pois é marcada ainda pela independência em relação ao Estado, forte compromisso quanto à educação dos seus membros, contribuição para o desenvolvimento da localidade, controle democrático e participação dos membros. Possuem, portanto, um forte caráter emancipador, visto que emancipar-se envolve atingir a maioria de consciência, com autonomia de conhecimento e de percepção da realidade independentemente de imposições ou influências externas apresentadas como naturais. A possibilidade de inserção social restaura a dignidade e autoestima do membro, que por meio do trabalho honesto e participação ativa, obtém *status* de emancipatório. São possibilidades da economia solidária, portanto, a valorização humana e a emancipação dos membros (BORINELLI, 2010; FERRARINI *et al.*, 2013; LEITE, 2009).

Vincula-se fortemente ao funcionamento dos empreendimentos de economia solidária a ideia de autogestão, caracterizada por práticas sociais marcadas pela natureza democrática nas decisões. Destaca-se nesse sentido a autonomia do ser coletivo, propriedade conjunta dos meios de produção e distribuição dos resultados do trabalho, ou seja, participação efetiva daqueles que fazem parte do empreendimento. Esse poder compartilhado contribui e provoca relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos (ALBURQUERQUE, 2003).

Essa característica de autogestão nas organizações de economia solidária é, de acordo com o trabalho de Moises (2009), fator que contribui para a melhoria das condições de trabalho, visto a maior autonomia e flexibilidade dada ao membro, assim como também o importante espaço para socialização são fatores que melhoram o bem-estar dos integrantes. O que se confirma nas palavras de Singer (2002) “a empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários [...] sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”.

Dessa forma, transformação social, valorização humana, recuperação da autoestima e melhores condições de trabalho são apontadas como as principais motivações provenientes da participação em empreendimentos econômico-solidários.

4.2 Fatores limitadores

De acordo com o SIES (2013) 66,51% dos empreendimentos de economia solidária sofrem com a viabilização econômica do negócio, sendo este o principal motivo que leva ao fim precoce de muitos desses empreendimentos. Essa dificuldade de geração de retorno financeiro ocasiona uma

série de outros problemas nos quais a Economia Solidária se insere como a geração adequada de renda aos sócios e proteção e seguridade social aos participantes (SIES, 2013).

Os empreendimentos de economia solidária lidam com a baixa visibilidade de produção, o que afeta diretamente a comercialização dos seus produtos e consequentemente a sustentabilidade do negócio (FARI, 2011). Mance (2000) argumenta sobre a dificuldade dos empreendimentos de economia solidária em ter seus produtos equiparáveis ou superiores ao que se produz em empresas convencionais. O autor destaca que o consumo solidário é o único fator que levaria ao consumo do produto proveniente de economia solidária caso este tenha inferioridade ao produto convencional, e que essa modalidade de consumo não seria pro si só suficiente para sustentar o empreendimento. Dessa forma, o autor cita a importância da articulação em rede entre os empreendimentos de economia solidária como forma de superar a adversidade imposta pela supremacia do meio capitalista na forma de produzir. Singer (2002) defende nessa perspectiva que o consumo solidário acomoda os empreendimentos, limitando-os quanto a busca por atualização técnica e melhorias de processo.

Singer (2002) levanta uma problemática da econômica solidária ao defender que a economia solidária só será de fato alternativa ao capitalismo quando esta puder ofertar aos seus participantes oportunidades concretas de autos sustento, equiparáveis ao emprego assalariado e com direito a benefícios que o capitalismo oferece. Assim, as dificuldades de proteção social e remuneração justa, podem ser vistos como aspectos que levam a desistência dos membros. Logo, tem-se uma pressão para que a Economia Solidária alcance maiores níveis de eficiência na produção e distribuição, com que se dará com o apoio de serviços financeiros e tecnológicos solidários.

Para muitos daqueles que fazem parte de organizações de economia solidária, a participação se deve principalmente a falta de opções e oportunidades de adentrar no mercado tradicional e formal. Associado a participação por falta de alternativas, grande partes dos empreendimentos não oferecem incentivos de seguridade social, como contribuição ao INSS e FGTS e remuneração considerada injusta pelos associados, esses são fatores que contribuem para a desistência de membros nessas organizações (MOISES, 2009).

Associa-se ainda como fator limitante a economia solidária as dificuldades inerentes à autogestão, pois não se pode esperar que indivíduos estejam plenamente dispostos a cooperação e a vivência plena dentro da organização os termos de auto-gestão, o que é ainda mais difícil devido a baixa escolaridade dos associados e pouca ou nenhuma experiência com gestão (LISBOA, 2005; EID; PIMENTEL, 2001). É necessário entender a complexidade de uma característica chave e extremamente levantada por diversos autores ao falar-se sobre economia solidária, a cooperação. Todo o sucesso do empreendimento depende diretamente da disposição dos participantes, porém a falta de conhecimento e a não concretização de princípios, influem muitas vezes na não consagração do espírito de cooperação (BARRETO; PAULA, 2009).

De modo geral o sentimento de copropriedade por parte dos membros e gestão compartilhada é baixo, isso associado a dificuldade em obedecer regras, conflitos interpessoais e a exclusão de alguns associados dos processos decisórios e de caráter democrático dificultam e inviabilizam a prática da auto-gestão (MOISES, 2009). A participação dos membros pode ser vista como um custo em decorrência das responsabilidades que acarreta, e quando cria-se uma gestão de e não compartilhamento da gestão entre os membros, essa acaba por ser ignorada como aspecto intrínseco ao trabalho, caindo assim na subordinação (PINTO, 2006).

Quadro 3- Fatores limitadores da economia solidária no processo da inovação social.

Fator Limitador	Autores
Viabilização Econômica do Empreendimento	SIES(2013); Fari(2011); Mance(2000)
Efetivação da participação dos membros e da auto-gestão	Melo Lisboa (2005); Eid, Pimental (2005), Moises (2009); Pinto (2006)
Desistência dos Membros	Singer (2002); Moises (2009)

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Dessa forma destacam-se com fatores limitadores a economia solidária a dificuldade de viabilização financeira que essas organizações enfrentam frente a concorrência com empresas do sistema capitalista, efetivação da participação dos membros e autogestão e a desistência dos membros por inúmeros fatores relacionados aos empreendimentos, dentre eles, a dificuldade em assegurar proteção social ao mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a investigar a possibilidade que incentivos para economia solidária venham de inovações sociais, e a proposição de constructo teórico que evidencie essa relação. De forma a contribuir para um maior entendimento sobre as condições que favorecem e limitam essas iniciativas, buscou-se ainda levantar fatores motivadores e limitadores dessas práticas de transformação social.

Dessa forma, com os resultados encontrados nessa pesquisa pode-se aferir que existe uma relação entre Inovação Social e Economia Solidária ao passo que empreendimentos de Economia Solidária são, na verdade, iniciativas de Inovação Social. Essa afirmação é possível a partir do confronto entre as dimensões levantadas de cada constructo, que permite entender que os ganhos sociais pretendidos pela inovação sociais são alcançados com os empreendimentos de economia solidária, uma vez que estes que buscam atender necessidade de emprego e contribuição para coesão social. Assim como previsto pela inovação social, organizações de economia solidária emergem da iniciativa dos atores sociais que inconformados pela crise estrutural do mercado de trabalho se arquetam para desenvolver atividades econômicas únicas no contexto que em se inserem.

Essa identificação de empreendimentos de economia solidária como iniciativas de inovação social é importante pois permite e abre espaço para maiores investigações sobre os impactos, extensões e contribuições da inovação social para transformação social.

Sabe-se da existência de fatores que favorecem e limitam a existência dessas iniciativas. Dentre os fatores motivadores destaca-se principalmente a necessidade de acesso a renda que os membros dessas organizações possuem. Esse fator motivador relaciona-se com o maior desafio enfrentado pelos empreendimentos de economia solidária, o de sustentabilidade ao longo do tempo, visto que de acordo com o SIES (2013) cerca de 66% dos empreendimentos de economia solidária encontram dificuldades para obter viabilização financeira. Essa limitação abre espaço para estudos sobre a gestão praticada nos empreendimentos e a necessidade de uma mentalidade empreendedora que possibilite a sustentabilidade econômica do empreendimento.

Outro fator que desafia a existência da Economia Solidária relaciona-se com a prática autogestionária, que pode culminar na lei do menor esforço entre os participantes. Muitos

cooperados se inserem na economia solidária apenas para reinserção na produção social e como forma de escapar da pobreza, não apreciando as potencialidades da autogestão, aceitando-a apenas como imposição para poder participar do empreendimento (SINGER, 2002). Isso acaba por fragmentar a responsabilidade dos participantes no sucesso do empreendimento e não torna possível a efetivação da prática de autogestão.

Deve-se destacar que a pesquisa desenvolvida neste estudo apresenta uma contribuição conceitual ao avançar nas discussões sobre inovação social e sua relação com a economia solidária, caracterizando-se por um papel inserido no processo de transformação social, resultando em uma proposta que possibilita operacionalizar o conceito e propiciar análise de fenômenos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Manuela Rösing; SILVA, Paula Maines da; LANGOSKI, Leandro Marcio. As dimensões da inovação social: um estudo de caso no instituto oncoguia. **Connexio-ISSN 2236-8760**, v. 4, n. 2, p. 73-87, 2015.

AGOSTINI, Manuela Rösing; MARQUES, Luciana Vieira; BOSSLE, Marília Bonzanini. A inovação social como resposta aos vazios institucionais: uma perspectiva Multidimensional. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, 2017.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. **Autogestão: a outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima**. Rio de Janeiro: PACS, 1998

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, 2009.

BERMAN, Yitzhak; PHILLIPS, David. Indicators for social cohesion. **Retrieved May**, v. 8, p. 2007, 2004.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BORINELLI, Benilson; SANTOS, LML dos; PITAGUARI, Sinival Osório. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

CAULIER-GRICE, J. *et al.* **Social innovation overview**: a deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE), European Commission–7th framework programme. European Commission, DG Research, Brussels, 2012.

CEZAR, Layon Carlos; FANTINEL, Leticia Dias. Entre um bom papo e um café se vende o artesanato: representações sociais em um centro de comercialização da economia solidária. *In: IX ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. Anais [...]* Belo Horizonte, 2016.

CHAI, Cassiane *et al.* Inovação social: um estudo de caso do Projeto Mão Amiga. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Anais [...]*2016.

CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. **O papel do ator organizacional na inovação social**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CORREIA, Suzanne Érica Nobrega; OLIVEIRA, Veronica; GOMEZ, Carla Regina Pasa. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 102-133, 2016.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. **Otra Economía**, v. 3, n. 4, p. 66-81, 2011.

CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.

DENARDIN, Élio Sérgio *et al.* Os tipos de inovações implementadas nos empreendimentos de economia solidária do projeto Esperança/Coesperança de Santa Maria-RS. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, p. 651-655, 2013.

EID, Farid; PIMENTEL, Andrea Eloisa Bueno. Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Revista Travessia**. São Paulo, v. 16, 2001.

EVERS, Adalbert; EWERT, Benjamin; BRANDSEN, Taco. **Social innovations for social cohesion**: transnational patterns and approaches from 20 European cities. Liege: EMES European Research Network, 2014. p. 350-365.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. **Andrea Butto**, v. 70, p. 37, 2011.

FERRARINI, Adriane; GAIGER, Lig; VERONESE, Marília. Solidarity Economy Enterprises. *In: Brazil: an overview from the second national mapping. The International Comparative Social Enterprise Models–ICSEM Project*, 2013.

FONTENEAU, Bénédicte et al. **Social and solidarity economy: Building a Common Understanding**. Turin: International Labour Organization, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações & Sociedade**, v. 8, n. 20, 2001.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos EBAPE. br**, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

GAIGER Inácio, Luiz. **Sentidos e experiência de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da FRGS, 2004.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicos de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONIN, Michael *et al.* Toward a statistically robust assessment of social and solidarity economy actors. Conceptual development and empirical validation. *In: EMESSOCENT CONFERENCE SELECTED PAPERS*, 2013.

GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, p. 91-110, 2012.

HULGARD, L.; FERRARINI, A. V. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256-263, 2010.

JOÃO, Iraci de Souza. **Modelo de gestão da inovação social para empresas sociais**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Rio Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2009.

LEMOS, R. T. **Convergência NBIC & Ontologias emergentes: os fluxos informacionais como agentes da unidade do conhecimento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOPES, Daniel Paulino Teixeira *et al.* Inovação gerencial e inovação social: pensando para além da inovação tecnológica. *In: XVI CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA*. 2015.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, 2005.

LUIZA, Graziela; ANDRADE, Edinara Terezinha de. Responsabilidade Social Empresarial e Economia Solidária: Uma Parceria Possível. **Sociedade em Debate**, v. 13, n. 1, p. 65-87, 2012.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária alternativa pós capitalista à globalização atual. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.

MAURER, A.; SILVA, T. Dimensões analíticas para identificação de inovações sociais: evidências de empreendimentos coletivos. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 6, p. 127-150, nov./dez. 2014.

MOISÉS, Patrícia Meireles. O trabalho na economia solidária: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. **Biblioteca Digital**, v. 2, n. 2, p. 2012, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7X3MJ5>. Acesso em: 28 fev 2016.

ONUMA, Fernanda; CAPELLE, Mônica; MAFRA, Flávia. Aproximações entre a Autogestão na Economia Solidária e em Proudhon: um Convite à Reflexão no Campo da Economia Solidária. In: XXXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD. **Anais [...]** Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PHILLS, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. **Educação e formação de adultos**: políticas, práticas e investigação, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

REIS, Tatiana Araújo. Política Pública para e pela Economia Solidária - Reflexões a partir do Ciclo da Política Economia Solidária Desenvolvida na Bahia. In: XL ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD. **Anais [...]** Bahia, Costa de Sauipe, 2016.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 42, n. 6, 2008.

SANTOS, Aline Mendonça. Sobre os atores do movimento de economia solidária no brasil: qual o sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar? In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CONLAB. **Anais [...]** UNISINOS, 2011.

Projeto SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 28 fev 2016.

SILVA, Daiane Lima; FERREIRA, Vicente R.S; COSTA, Sérgio H.B. Economia Solidária: Análise da Institucionalização do Campo. *In: VII ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - EnAPG. Anais [...]* São Paulo, 2016.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. Dimensions of structural developments in the solidarity-based economy: an analysis of the states Bahia and Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 297-312, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; SILVA, Aúrio Lúcio Leocádio da; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro. Complexidade e Capital Social na Economia Solidária: Evidências Empíricas dos Empreendimentos Organizados em Redes no Brasil. *In: XL ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD. Anais [...]* Bahia, Costa de Sauipe, 2016.

SOUZA, ANA C. P. A.; SILVA FILHO; J.C.L da. Dimensões da Inovação Social e Promoção do Desenvolvimento Econômico Local no Semiárido Cearense. *In: XXXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD. Anais [...]* RJ: Rio de Janeiro, 2014

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. *In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Cahiers du CRISES.* Québec, 2005.